



PROPOSTAS – PSOL - 2016

Diretrizes para o Plano de Governo - PSOL

Na etapa atual do capitalismo financeiro, os produtos primários produzidos no estado são especulados nas bolsas de valores, exportados para outros países, principalmente para a China, e o lucro dessas matérias-primas exportadas é acumulado por fazendeiros e pelas multinacionais. Devido ao imenso monopólio das terras e dos negócios em Mato Grosso e com as isenções de impostos ao agronegócio, pouquíssima parte dos lucros bilionários obtidos no estado é revertida para a economia local e para políticas que poderiam melhorar as condições de vida de nós trabalhadores, indígenas, quilombolas, retireiros, entre outros povos que têm seu sofrimento diretamente ligado ao modelo de produção agropecuário.

A expulsão dos povos do campo e dos rios promovida pelo agronegócio concentrador de terra e pelas hidrelétricas tem empurrado para as periferias das cidades as populações trabalhadoras, sem terra e sem teto. Na cidade do agronegócio o que vemos é uma cidade-negócio imersa na lógica do estímulo à produção e ao consumo de mercadorias, nada mais. Prioriza os carros, os grandes comércios, as indústrias e os condomínios, enquanto o povo trabalhador é marginalizado, excluído do direito à moradia, sem trabalho digno, sem saneamento, sem acesso à educação, à cultura, à saúde e ao transporte de qualidade e sujeito a todo tipo de violência.

A priorização dos interesses das corporações do agronegócio, dos bancos e das construtoras nas políticas públicas, o sucateamento dos serviços públicos, principalmente a saúde e educação, o não cumprimento dos reajustes salariais dos servidores, entre outras medidas, são marcas já sentidas pelo povo em relação a este modo de governar dos políticos tradicionais. O PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) se coloca em total oposição ao projeto de sociedade elitista, explorador e opressor conduzido pelos políticos tradicionais.

Para reverter esse quadro injusto e opressor em Mato Grosso, a política no estado e nos municípios precisa ser conduzida pelos de baixo, pelos trabalhadores, camponeses, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, retireiros, entre outros povos que tem sustentado essa sociedade, mas que é retirada dos espaços de decisão política. É preciso inverter a lógica da sociedade, não podemos mais aceitar que aqueles que há décadas e séculos exploraram a natureza e os seres humanos para acumular os lucros continuem no poder. Somente a organização e a luta política dos de baixo será capaz de colocar as/os trabalhadoras/es e povos oprimidos no poder e acabar de vez com as injustiças e opressões sistêmicas da sociedade. O PSOL-MT se coloca como um dos instrumentos de organização das/os trabalhadoras/es e oprimidas/os para impulsionar as práticas e teorias coletivas e libertárias em Mato Grosso, que são as sementes da nova sociedade e do novo ser humano que queremos construir, conforme as seguintes diretrizes.

Promoveremos a participação popular direta propiciando que o povo tenha voz nas decisões do poder público. Reduziremos os cargos de confiança ao estritamente indispensável, aproveitando ao máximo os servidores de carreira em cargos de direção. Esse aproveitamento se dará com a realização de concursos que levem em consideração o conhecimento e formação na área de atuação, bem como a experiência na função. Adotaremos mecanismos de democracia direta que valorizem a participação popular, como plebiscitos, referendos e consultas públicas, bem como fortaleceremos as conferências e os conselhos municipais.

Auditaremos e fiscalizaremos os termos contratados nas terceirizações, revisaremos as concessões e criaremos autarquias e empresas estatais municipais para execução direta dos serviços concedidos. Utilizaremos com intensidade os recursos tecnológicos que propiciem maior eficiência administrativa e facilitem os mecanismos de consulta e controle social sobre os serviços e as contas do município. Promoveremos a transparência como a finalidade de viabilizar a total publicidade dos atos administrativos e estimular o controle social na

execução das obras, nas assinaturas de contratos e nas prestações de contas, garantindo o acesso a informações sobre orçamentos, compras públicas, contratos e serviços.

Fortaleceremos o controle interno no município, dando transparência e publicidade às auditorias para que haja um acompanhamento desse trabalho de controle do uso do dinheiro público.

A Constituição Federal de 1988 é um marco na conquista dos direitos sociais no Brasil e em seu artigo 196 estabeleceu que todos os cidadãos têm o direito à saúde, cabendo ao Estado a obrigação provê-la.

Ao estabelecer a saúde enquanto um direito, ela passa a ser entendida muito além da ausência da doença, mas como uma condição para o exercício pleno da cidadania.

Para garantir esse direito, foi instituído o Sistema Único de Saúde – SUS que será fortalecido na nossa gestão através da organização da Rede de Atenção à Saúde garantindo o acesso de maneira equânime e integral aos cidadãos.

Ampliaremos a Proporção de cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde da Família, bem como a Proporção de cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde Bucal da estratégia Saúde da Família.

A Educação é a principal indicadora de aumento de rendimentos do trabalho e de mobilidade nas sociedades democráticas, promovendo a cidadania e a ampliação da inclusão social de todos.

Porém, não há como pensar em creches e escolas sem atividades lúdicas, inclusivas e formativas, além de informativas. Implantaremos uma educação que não seja meramente o

treinamento para a vida do trabalho, que seja espaço de criatividade, de experiência e de solidariedade; que não emparede nossas crianças e jovens, mas que lhes dê as potencialidades para viver em liberdade. A educação que queremos construir é a da inclusão: que nos leve da África e seu legado aos nossos bairros e suas histórias e lutas; que nos faça conhecer para preservar nossos ecossistemas; que nos permita reconhecer nos indígenas sua importância para nossa vida em sociedade.

Propomos construir uma política de educação emancipadora e inclusiva garantida pela democratização da administração escolar, ampliação do número de vagas no ensino infantil e fundamental e discussão ampla da grade curricular, num exercício diário de participação coletiva, na qual se insere toda a comunidade escolar.

Trabalharemos diariamente pela valorização monetária do trabalhador e trabalhadora da educação com melhores planos de cargos e carreiras e aposentadorias mais dignas e também pela valorização profissional que passa pela garantia de condições de trabalho como construção de escolas e creches que atendam a demanda, garantir a estrutura física adequada nas escolas, formação continuada para trabalhadores da educação, incluir as tecnologias digitais, adquirir equipamentos, atualizar material bibliográfico, entre outros, combatendo todos os tipos de assédio moral e profissional que a falta desses recursos configura.

Combateremos, ainda, a evasão escolar e trabalharemos para que as escolas acolham as crianças em turno integral. Melhoraremos as condições de inclusão das crianças e jovens com deficiência e ampliaremos o número de escolas infantis, para que nossas crianças sejam atendidas e seus responsáveis possam trabalhar tranquilos. Buscaremos, também, a erradicação do analfabetismo.

Implantaremos um novo modelo agrícola que valorizará o trabalhador do meio rural e que dará prioridade à agricultura familiar, garantidora de soberania alimentar, inclusão de práticas alimentares promotoras de saúde, respeito à diversidade cultural, econômica e sustentável. Ampliaremos e incentivaremos o cinturão verde de forma que se tenha uma produção diversificada, economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta.

Implantaremos uma política habitacional para as populações excluídas em parceria com o estado e a União, ampliando os fundos públicos para a construção e reforma de moradias populares, bem como um programa de regularização urbanística e fundiária de loteamentos irregulares e ocupações.

Para romper com a lógica capitalista de exploração e desigualdade é preciso que se inicie um processo de construção de projetos econômicos que sejam viáveis socialmente e ecologicamente. Isto significa que o município deve ter sua política econômica revista, o que implica em uma verdadeira auditoria da dívida pública municipal, o incentivo à agricultura familiar e comunitária, a colaboração em atividades cooperativistas e da economia solidária, o fim de incentivos fiscais aos grandes empreendimentos, a estruturação do sistema tributário municipal para maior taxação dos mais ricos, entre outras modalidades, como forma de organização mais popular da produção seja ela industrial, comercial ou agrícola.

Implantaremos uma política de regularização da informalidade e de estímulo à pequena e média empresa; qualificação profissional e cidadã dos empreendedores de base familiar; flexibilização das normas de licenciamento para atividades econômicas familiares. Investiremos em infraestrutura para estimular a economia popular local. Criaremos, ainda, uma agência municipal de fomento priorizando as atividades produtivas cooperativas e sustentáveis geradoras de emprego e renda dignos.